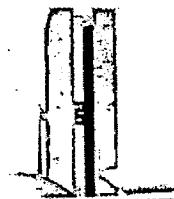


Subcomissões pedem cassação de 20 parlamentares



CORRUPÇÃO

Os relatórios das quatro subcomissões da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Orçamento apontaram 20 parlamentares para cassação por envolvimento em irregularidades no Orçamento Geral da União, movimentação bancária suspeita, patrimônio inexplicável e aprovação de verbas públicas em benefício próprio ou de empreiteiras.

Apesar de sugerir a cassação de 20 parlamentares, alguns, tidos como suspeitos, conseguiram se livrar. É o caso do deputado Carlos Benevides (PMDB-CE), filho do líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides (CE). Uma articulação do PMDB com alguns senadores livrou o deputado, na última hora, da indicação para cassação. A votação de 5 a 3 contra Carlos Benevides na subcomissão de subvenções foi mudada repentinamente, com a chegada do senador Iram Saraiva (PMDB-GO), que levou pronto o texto do relatório sobre o deputado cearense. Apesar de ser poupado pela Subcomissão de Subvenções Sociais, o relator da CPI, Roberto Magalhães, afirmou que poderá desconsiderar o relatório da subcomissão e pedir, assim mesmo, a cassação de Carlos Benevides.

"Sei que o senador Mauro Benevides fez interferências em favor do filho Carlos Benevides. Mas isso não tem importância. Eu não preciso levar em conta o relatório da subcomissão na hora de dar meu parecer", garantiu. Carlos Benevides foi citado no relatório de Subcomissões de Emendas.

De acordo com o texto de Saraiva, liderado ao pai de Carlos Benevides, nada foi apurado contra o deputado e o relacionamento dele com a prefeitura de Acaraú (CE) e com a Fundação Amadeu Filomeno, no qual eram constatadas irregularidades pelo Tribunal de Contas da União, foi "decorrência de um trabalho político".

Outro parlamentar que se livrou da recomendação de cassação

por injunções partidárias foi Paulo Portugal (PP-RJ). O senador Nelson Carneiro (PP-RJ) chegou a lugar para o presidente da CPI, senador Jarbas Passarinho (PPR-PA), a fim de fazer um apelo: que o nome de Portugal não constasse do relatório final entre os que têm culpa na liberação de subvenções sociais. Carneiro afirmou a Passarinho que Portugal estava sendo perseguido politicamente, porque abandonou o PDT para se filiar ao PP. Paulo Portugal escapou da lista de cassações, apesar de o TCU ter constatado irregularidades "gravíssimas" na aplicação de subvenções pela Sociedade de Proteção à Infância e à Maternidade de Bom Jesus do Itabapoana, da qual ele foi fundador e sócio-dirigente.

A exclusão do nome de Carlos Benevides está sendo considerada inadmissível por integrantes da CPI. "Está provado que o prefeito de Acaraú e os dirigentes da Fundação Amadeu Filomeno eram integrantes do esquema político do deputado Carlos Benevides", disse um deputado que integra a Subcomissão de Emendas. "Livrando o deputado Carlos Benevides é dar um duro golpe na CPI", disse um senador do PMDB, também da CPI. Benevides destinou US\$ 1,49 milhão de recursos federais para a prefeitura de Acaraú nos últimos cinco anos. A Fundação Amadeu Filomeno recebeu cerca de US\$ 1 milhão.

Participaram da articulação para livrar Carlos Benevides, além do senador Iram Saraiva, o coordenador da subcomissão de subvenções, senador Garibaldi Alves (PMDB-RN), o senador Francisco Rolemberg (PFL-SE), o senador Carlos Patrocínio (PFL-RO) e os deputados Lázaro Barbosa (PMDB-GO) e Costa Ferreira (PP-MA). Outro que acabou se livrando foi o deputado Francisco Diógenes (PPR-AC). Não se descobriu nada sobre ele porque a documentação do TCU sobre a fundação administrada pelo deputado ainda não chegou à CPI.

Ibsen Pinheiro — O nome do deputado Ibsen Pinheiro (PMDB-RS) foi indicado à cassação também pela subcomissão de patrimônio, como sonegador de impostos e sem explicações para os bens que adquiriu. (S.E.)